

Por que mulheres negras continuam morrendo ao gestar?



» MARJORIE CHAVES
Pesquisadora do Núcleo de Estudos de Saúde Pública da Universidade de Brasília (Nesp/FS-UnB)

Antes de se tornar estatística, Tairine Alves era uma mulher negra de 30 anos que aguardava a chegada do primeiro filho. Em abril de 2024, após passar mal durante a gestação, percorreu diferentes unidades de saúde do Distrito Federal em busca de atendimento. Morreu poucas horas depois no Hospital Regional de Taguatinga. Sua história está longe de ser um caso isolado. Ela evidencia uma realidade persistente: mulheres negras continuam mais expostas a mortes evitáveis relacionadas à gravidez, ao parto e ao puerpério.

Nomear Tairine importa. As vítimas da mortalidade materna não podem ser reduzidas a dados epidemiológicos. São mulheres com trajetórias, vínculos e projetos interrompidos. Cada óbito revela uma falha coletiva na garantia do direito à saúde. E os dados mostram que essa falha incide de forma racializada. Mulheres negras concentram a maior parte das mortes maternas registradas no Brasil e apresentam risco superior ao observado entre mulheres brancas.

Uma revisão sistemática publicada neste ano na revista *Trends in Endocrinology & Metabolism* analisou 44 estudos sobre saúde materna e identificou níveis mais elevados de inflamação, estresse oxidativo e resistência vascular uteroplacentária entre mulheres negras, condições associadas a complicações como

Maurenilson Freire/CB/D A Press



O dia em que o Brasil entende o peso dos impostos



» EDUARDO RODRIGUES
Presidente da Câmara de Dirigentes Lojistas do Distrito Federal (CDL/DF)

O Dia Livre de Impostos (DLI), realizado neste ano em 28 de maio, nasceu como um movimento de conscientização e protesto. Criado pela CDL Jovem, braço nacional de lideranças jovens do Sistema CN-DL (Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas), o movimento ganhou força em todo o país justamente por transformar um tema complexo, a carga tributária brasileira, em algo visível para a população. E é exatamente assim que ele deve ser compreendido.

Em Brasília, a data ganhou contornos simbólicos e se consolidou como uma das maiores mobilizações do país em torno do debate tributário. Ano após ano, as filas que começam ainda de madrugada em postos de combustíveis da capital federal mostram que o tema mobiliza consumidores, empresários e trabalhadores em torno de uma reflexão que vai muito além do preço: afinal, quanto custa sustentar o Brasil e qual retorno a sociedade recebe por isso?

No Distrito Federal, essa mobilização tem um significado ainda mais forte. Estamos no centro das decisões políticas do país e convivemos

pré-eclâmpsia, parto prematuro e morte materna. Os pesquisadores da Universidade de Cambridge argumentam que esses mecanismos não decorrem de diferenças biológicas raciais, mas dos efeitos cumulativos da exposição ao racismo, às desvantagens socioeconômicas e às condições ambientais adversas ao longo da vida.

Essa compreensão dialoga com décadas de produção intelectual de mulheres negras e com o campo da justiça reprodutiva. Nesse contexto, a antropóloga Dána-Ain Davis formulou o conceito de racismo obstétrico para nomear práticas discriminatórias presentes na assistência à gestação, ao parto e ao puerpério. A desqualificação da dor, o descrédito atribuído aos relatos das pacientes, a demora no atendimento e a negligência diante de sinais de gravidade figuram entre suas expressões mais frequentes.

Compreender a persistência da mortalidade materna entre mulheres negras exige olhar para além das causas imediatas registradas nas declarações de óbito. Esse entendimento foi incorporado pelo Ministério da Saúde na Oficina Nacional sobre Mortalidade Materna de Mulheres Negras, realizada em 2023. O relatório apontou racismo institucional, barreiras de acesso aos serviços, limitações na produção de dados por raça/cor e a peregrinação entre unidades de saúde como fatores centrais para compreender a permanência dessas iniquidades.

A criação da Rede Alyne representa um avanço importante. A política homenageia Alyne Pimentel, mulher negra cuja morte, após sucessivas falhas na assistência obstétrica, levou à condenação internacional do Brasil pelo Comitê para a Eliminação da Discriminação contra as Mulheres (CEDAW), das Nações Unidas. Seu nome recorda

que a mortalidade materna não pode ser enfrentada sem considerar as desigualdades raciais que atravessam o acesso ao cuidado e a qualidade da assistência.

A ampliação do acesso à informação também integra as estratégias necessárias para enfrentar esse cenário. Nesse sentido, a nova edição da Caderneta da Gestante, lançada pelo Ministério da Saúde neste mês, representa uma iniciativa relevante. Além do registro clínico, a publicação amplia o acesso a informações sobre direitos sexuais e reprodutivos, plano de parto e violência obstétrica.

A experiência brasileira demonstra, contudo, que a existência de uma política nacional não altera, por si só, realidades profundamente enraizadas. A redução da mortalidade materna depende da capacidade de transformar diretrizes em práticas concretas, incorporando a equidade racial na organização dos serviços, na formação das equipes e na gestão do cuidado.

Mais de 20 anos separam a morte de Alyne Pimentel da morte de Tairine Alves. Apesar dos avanços institucionais, as duas histórias permanecem conectadas por uma pergunta incômoda: por que tantas mulheres negras ainda encontram obstáculos quando buscam cuidado em situações que demandam atenção imediata?

No Dia Nacional de Luta pela Redução da Mortalidade Materna, vale lembrar que maternidade segura exige mais do que tecnologia, leitos ou protocolos. Exige compromisso com a equidade, escuta qualificada e reconhecimento da dignidade de todas. Enquanto mortes evitáveis continuarem atingindo de forma desproporcional mulheres negras, a justiça reprodutiva seguirá como um horizonte ainda não alcançado, revelando os limites do compromisso democrático com a vida das mulheres.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br



Avanço das apostas

Dados divulgados pela Secretaria de Prêmios e Apostas do Ministério da Fazenda apontam que o mercado regulado de apostas on-line movimentou aproximadamente R\$ 17,4 bilhões apenas no primeiro semestre de 2025. Estimativas apresentadas pelo Banco Central (BC) durante debates no Senado Federal indicam que o fluxo mensal de recursos destinados às apostas pode variar entre R\$ 20 bilhões e R\$ 30 bilhões por mês.

O presidente do BC, Gabriel Galípolo, afirmou, durante audiência pública, que "há preocupação institucional com os impactos das apostas sobre o endividamento das famílias brasileiras". O tema passou a integrar discussões sobre estabilidade financeira, crédito ao consumidor e comportamento de consumo.

Levantamento realizado pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo estimou que o avanço das apostas on-line pode provocar impacto superior a R\$ 100 bilhões anuais sobre o varejo nacional, em razão da transferência de parte da renda das famílias para plataformas digitais de apostas. O estudo apontou redução do consumo em segmentos ligados a alimentação, vestuário, eletrodomésticos e serviços.

A relação entre apostas digitais e vulnerabilidade financeira também passou a mobilizar instituições bancárias e empresas do setor privado. Relatórios corporativos divulgados por Itaú Unibanco, XP Inc., Assaf Atacadista e Tok&Stok identificaram aumento da inadimplência familiar associado ao crescimento das apostas on-line. Parte das análises observou migração de recursos antes destinados à poupança, ao consumo doméstico e aos investimentos para plataformas digitais de jogos.

Segundo levantamento do SPC Brasil e da Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas, aproximadamente 39 milhões de brasileiros realizaram apostas on-line nos últimos 12 meses. A pesquisa mostrou ainda que 46% dos apostadores declararam já ter reduzido gastos cotidianos para manter atividades de apostas. Entre os entrevistados, parcela significativa relatou comprometimento de orçamento familiar, atraso de contas e aumento do uso de crédito pessoal.

O tema também alcançou a área da saúde pública. Estudos conduzidos pela Fundação Oswaldo Cruz e por universidades federais passaram a analisar crescimento de sintomas relacionados à ansiedade, compulsão, depressão e dependência comportamental associadas ao uso intensivo de plataformas de apostas digitais. O psiquiatra Valentim Gentil afirmou, em seminário sobre saúde mental e jogos, que "o transtorno do jogo compulsivo apresenta dinâmica semelhante à dependência química em muitos pacientes".

Além dos efeitos econômicos e psicológicos, autoridades passaram a discutir possíveis vulnerabilidades regulatórias do setor. O Ministério Público Federal analisa mecanismos jurídicos relacionados à atuação de empresas autorizadas a operar apostas on-line no Brasil. Paralelamente, o Ministério da Fazenda iniciou processos de revisão cadastral, fiscalização tributária e adequação das plataformas às novas regras de licenciamento.

O crescimento do setor coincidiu com a intensificação da publicidade de apostas esportivas em transmissões esportivas, redes sociais e plataformas digitais. Clubes de futebol, influenciadores e emissoras de televisão passaram a firmar contratos milionários com empresas de apostas. Em resposta ao avanço dessa publicidade, projetos legislativos apresentados no Congresso Nacional discutem restrições à propaganda direcionada a menores de idade e consumidores vulneráveis.

Outro ponto observado pelas autoridades financeiras envolve a utilização de recursos provenientes de programas sociais em apostas digitais. Estudos apresentados ao Senado indicaram movimentação relevante de valores oriundos de contas associadas ao programa Bolsa Família em plataformas de apostas. Técnicos do governo passaram a discutir mecanismos de bloqueio e controle para evitar utilização indevida desses benefícios.

Especialistas em segurança pública também passaram a analisar o setor sob a perspectiva da lavagem de dinheiro e da atuação de organizações criminosas. Relatórios internacionais produzidos pelo Grupo de Ação Financeira Internacional (GAFI) apontam que plataformas digitais de apostas podem ser utilizadas em operações de ocultação patrimonial, especialmente quando associadas a pagamentos instantâneos, criptomoedas e operações transnacionais.

O Brasil tornou-se um dos maiores mercados globais de apostas on-line em volume de usuários e movimentação financeira. O crescimento acelerado ocorreu em paralelo à consolidação de um ecossistema digital que reúne publicidade massiva, crédito facilitado, pagamentos instantâneos e acesso contínuo por dispositivos móveis. O debate atual envolve não apenas arrecadação tributária e regulação econômica, mas também impactos sociais, financeiros e institucionais associados à expansão desse novo mercado digital.

A frase que foi pronunciada

Arriscamos-nos a perder quando queremos ganhar mais

Jean de La Fontaine

História de Brasília

Quanto às quadras do Setor Comercial Residencial, é preciso que o povo veja a numeração para saber que é correspondente à da superquadra que fica logo atrás. (Publicada em 18/5/1962)